

1. DECLARAÇÃO

ANEXO I DO DECRETO-LEI Nº 18/2008, DE 29 DE JANEIRO
(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo DL 18/2008 de 29 de Janeiro)

- 1/2 -

Ao

MUNICÍPIO DE SINES

LARGO RAMOS DA COSTA, 21 A

7520-159 SINES

N/ REFª: 003/S.M.

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE NATAL

1 – Sandra Marisa Bessa Canha, titular do Cartão de Cidadão n.º 08202694 válido até 16/11/2021, residente na Rua 7, nº 464, R/C Dtº, 4500-369 Espinho, na qualidade de representante legal de **FESTILUZ, Iluminação e Decoração, Lda.**, com sede na Rua do Monte Lírio, nº 18, 4500-078 (Anta) Espinho, com o número de identificação de pessoa coletiva 503787302, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE NATAL**, com a referência **Processo nº 2021/300.10.005/825** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

DOCUMENTO
- Proposta
- Projeto
- Ficha de Caracterização Técnica
- Certidão da Conservatória do Registo Comercial – Certidão Permanente

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

.../...

.../...

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Espinho, 10 de Novembro de 2021

A GERÊNCIA
Festiluz
ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO, LDA.
N.º 503 787 302
Rua do Monte Lirio, nº 18
4500 - 078 ANTA
Marisa Canha